

**VOZES NO PERÍODO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NO
BRASIL: O MULTILINGUISMO DOS PRIMEIROS
DOIS SÉCULOS EM TERRA BRASÍLICA**

José Mario Botelho (FFP-UERJ)

botelho_mario@hotmail.com

RESUMO

Durante as primeiras providências para a efetivação da colonização portuguesa no Brasil, quem ocupava mesmo as terras eram os índios: no vasto litoral brasileiro, predominavam tribos de índios tupis; no interior, tribos de índios guaranis e, espalhadas na vasta região brasílica, centenas de tribos destas famílias e de outras a povoavam. Os portugueses subjugavam e aculturavam os índios do litoral, mas a língua portuguesa, que fora introduzida pelos colonizadores, passa a concorrer com os falares dos índios brasileiros – num bilinguismo – e, mais tarde, com os falares dos escravos africanos e com as diversas línguas dos emigrantes estrangeiros que vinham para cá; eram muitas as vozes nesse período. Logo, embora o português fosse oficialmente a língua da Colônia, o que se tinha mesmo nos dois primeiros séculos de comunicação linguística na terra brasílica era um verdadeiro multilinguismo.

Palavras-chave:

Multilinguismo. Colonização portuguesa.

Transplantação da língua portuguesa.

SOMMARIO

Durante i primi passi per effettuare la colonizzazione portoghese in Brasile, urono gli indiani ad occupare effettivamente le terre: sulla vasta costa brasiliana, predominarono le tribù indiane tupi; nell'entroterra, tribù di indiani guarani e, sparse in tutta la vasta regione del Brasile, centinaia di tribù di queste famiglie e altre la popolarono. I portoghesi soggiogarono e acculturarono gli indiani della costa, ma la lingua portoghese, che era stata introdotta dai colonizzatori, ora compete con le parole degli indiani brasiliani – in un bilinguismo – e in seguito con le parole degli schiavi africani e le varie lingue degli immigrati stranieri che vengono qui; c'erano molte voci durante questo periodo. Pertanto, sebbene il portoghese fosse ufficialmente la lingua della Colonia, quello che abbiamo avuto anche nei primi due secoli di comunicazione linguistica nella terra brasiliana era il vero multilinguismo.

Parole chiave:

Multilinguismo. Colonizzazione portoghese.

Trapianto di lingua portoghese.

1. Introdução: A colonização portuguesa no Brasil e a transplantação da língua portuguesa

Já no século XV, saíram os portugueses a descobrir novas terras e a conquistá-las, colonizá-las e, nelas, comercializar e trabalhar. Essas saídas de cidadãos de Portugal, as quais se prolongaram no decorrer dos séculos, constituíram diversas comunidades diaspóricas portuguesas espalhadas por todo o mundo.

No Brasil, os portugueses chegaram em 1500, a 22 de abril, pela primeira vez, de acordo com os registros históricos oficiais e ostensivos. Fica, pois, sem maiores comentários a possibilidade de a esquadra de D. Duarte Pacheco Pereira, numa expedição secreta enviada por D. Manuel I, ter aportado em um ponto entre o Maranhão e o Pará no final do ano de 1498.

Contudo, no século do que comumente chamamos de descobrimento do Brasil, a língua portuguesa chegou como um visitante apressado, que não ficou por muito tempo; a comitiva portuguesa que chegou ao Brasil em 22 de abril de 1500 partiu quatro dias depois.

De fato, ficaram apenas três dias em terra firme, pois aportaram no dia 23; receberam os representantes indígenas no dia 24 e no dia 26 celebraram a Primeira Missa e logo partiram, rumo às Índias.

No litoral baiano, onde aportaram, viviam duas grandes nações indígenas do grupo linguístico tupi: a nação tupinambá, que ocupava a faixa compreendida entre Camamu e a foz do Rio São Francisco, com aproximadamente 100 mil indivíduos, era composta de várias tribos violentas e antropofágicas, que lutavam entre si; e a nação tupiniquim, que ocupava a faixa compreendida entre Camamu (na Bahia) até o rio Cricaré (no atual Espírito Santo); e mais para o interior, numa faixa paralela à dos tupiniquins, vivia a nação aimoré. No interior, vivia uma grande nação indígena do grupo linguístico macro-jê, que os tupis chamavam de tapuias.

Foram com os tupiniquins que se deparou a esquadra de Cabral, em 23 de abril de 1500.

Aliás, essa nação indígena participou, como aliado e de forma efetiva, na colonização portuguesa da região de Santos e Bertioga no século XVI, como relata o padre jesuíta Fernão Cardim em seu *Tratado da terra e da gente do Brasil*:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

[...] estes forão e são os amigos antigos dos Portuguezes, com cuja ajuda e armas, conquistarão esta terra, pelejando contra seus próprios parentes, e outras diversas nações barbaras e erão tantos os desta casta que parecia impossível poderemse extinguir, porem os Portuguezes lhes têm dado tal pressa que quasi todos são mortos e lhes têm tal medo, que despovoão a costa e fogem pelo sertão a dentro até trezentas a quatrocentas leguas (*sic*). (CARDIM, 1939, p. 121)

Durante esse tempo e com as incursões dos portugueses em busca da suposta riqueza em ouro e prata, descobriu-se, por volta de 1511, que a terra explorada era rica em pau-brasil.

Além de explorar a Mata Atlântica e lucrar com o extrativismo do pau-brasil, os portugueses pouco ou nada faziam para acelerar o processo de colonização da terra explorada. Os povos brasílicos recebiam bugi-gangas em troca do trabalho praticamente escravo de carregamento da madeira até os navios portugueses, que prestavam para o “colonizador”.

A colonização só teve o seu início, mal e parcamente, a partir de 1530, quando D. João III estabeleceu as doze capitanias hereditárias. Mas não se deu efetivamente uma colonização; deu-se a exploração da terra, a escravização dos nativos e a exterminação de muitas tribos brasílicas por causa das doenças trazidas pelos poucos exploradores e pelos seus costumes europeus ou pelas guerras entre tribos rivais e seus aliados portugueses.

As populações nativas, em estágio cultural rudimentar, com economia baseada na caça, na coleta ou numa plantação incipiente, eram afortunadas, eliminadas ou escravizadas. (CÂMARA JR. 1985, p. 26)

A partir de 1530, sob o comando de Martin Afonso de Souza, a coroa portuguesa incentivou expedições para a colonização da nova terra, com um sistema de capitanias. O objetivo, de fato, era proteger o território das investidas de piratas, que retiravam a madeira das matas de forma ilegal.

Martim Afonso de Sousa fundou, então, o primeiro centro de exploração colonial no litoral do atual Estado de São Paulo, do qual se originou a Vila de São Vicente, que, mais tarde, avizinhou-se de outros focos de ocupação nessa região do Planalto de Piratininga. A maior parte dos habitantes dessas colônias eram degredados, desertores e gente marginalizada no Velho Continente.

Dessas capitanias, somente a de Pernambuco e a de São Vicente prosperavam, pois recebiam investimentos do rei e de empresários.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Ainda nos meados do século XVI, por volta de 1549, o rei criou o Governo Geral do Brasil e a ocupação se estendeu para o Sudeste, mas com a mão-de-obra escrava de africanos; nessa época, desembarcaram no Brasil por volta de cinquenta mil portugueses e 50 mil escravos africanos para o cultivo da cana-de-açúcar.

Na fundação da cidade de São Paulo, em 1554, pelo padre jesuíta Manuel da Nóbrega, os portugueses contaram com a ajuda da tribo dos tupiniquins. Os jesuítas catequizaram-nos em Aldeia Nova, mas os índios sofreram grandes baixas com a varíola e com as formigas, que destruíram as suas plantações.

No início do século XVII, Pernambuco, que era a mais próspera das capitanias hereditárias, já era o maior e mais rico produtor de açúcar do mundo. Nessa época, a imigração portuguesa continuava muito reduzida: chegaram mais 50 mil portugueses, mas a população de escravos africanos crescia assustadoramente: chegaram em torno de 550 mil escravos.

O movimento de ocupação e colonização do litoral intensificou-se na medida em que declinava o Império Português do Oriente. Nessa época, o Brasil passava a ser a grande colônia ultramarina de Portugal. Inicialmente, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro constituíam os três grandes centros de colonização do litoral brasileiro; mais tarde, Maranhão e São Paulo completaram o processo de colonização.

Nessas zonas litorâneas do Nordeste ao Sudeste, a população de nativos brasílicos diminuía também assustadoramente: muitos adoeciam e morriam, outros tantos migravam para o interior. Os índios, em estágio rudimentar de aculturação, eram afugentados ou escravizados ou extintos pelos colonizadores portugueses.

Aos poucos, as sociedades brasileiras se modificavam: consideravelmente pequena era a incorporação das etnias nativas na sociedade branca de natureza portuguesa; a mestiçagem era intensa; a desagregação da vida tribal e de seus valores sociais era flagrante. De fato, as nações brasílicas mal resistiam o impacto da mudança: aniquilavam-se ou se extinguíam; e os mestiços pertenciam culturalmente à sociedade branca.

Segundo o Prof. Dante Lucchesi (2008), atualmente as nações indígenas constituem uma ínfima parte da população brasileira:

Restam pouco mais de 300 mil indígenas dos milhões que habitavam o território brasileiro, quando Cabral desembarcou em Porto Seguro. E

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

das mais de mil línguas dos grandes troncos tupi e macro-gê (*sic*), menos de 200 ainda são faladas, sendo que a maioria, em vias de extinção. (LUCCHESI, 2008, p. 152)

No século seguinte, centenas de milhares de africanos escravizados chegaram para a extração de ouro; chegaram também bastantes colonos portugueses do Minho, que teve uma alta taxa de crescimento populacional na época.

No século XVIII, o Brasil passou a ter a maior população africana fora da África e a maior portuguesa fora de Portugal, pois aqui chegaram em torno de um milhão e seicentos mil africanos e seicentos mil portugueses.

No século seguinte, com a independência do Brasil, a colonização portuguesa chega ao fim; a imigração portuguesa diminui, embora um número considerável de portugueses continuasse a se transferir para o Brasil. Também o tráfico de escravos africanos atingiu o seu ápice nesse século XIX até ser extinto em 1850. Com a abertura dos portos em 1808, também chegavam vários povos estrangeiros: europeus e asiáticos.

De fato, a imigração portuguesa no Brasil é efetiva mesmo após a Independência deste país em 1822. Leite (2000) afirma que

[...] na era das grandes migrações da segunda metade do século XIX e começo do século XX, a emigração portuguesa foi transatlântica, tendo o Brasil como destino principal, quase exclusivo. De 1855 a 1914 as estatísticas portuguesas registraram um pouco mais de 1,3 milhões de saídas. O Brasil atraiu oitenta a noventa por cento desses emigrantes; apenas uns 200 mil escolheram outros destinos, rumando à América do Norte, Argentina, Guiana Britânica, e Hawai. (LEITE, 2000, p. 177)

Não se quer, com isso, negar uma imigração de portugueses em épocas anteriores, já que diversos estudos revelaram um constante movimento migratório desde o século XVI, o qual aumentou no século XVII e no século XIX, após a Independência do Brasil, quando o fluxo migratório se fez notável, atingindo, entre 1901 e 1930, a sua máxima dimensão. Manteve-se muito elevado até mais ou menos 1950, quando praticamente cessou.

Assim, com os portugueses, vieram uma nova cultura, uma nova filosofia religiosa, novos costumes e a língua portuguesa, trazida sob a forma dos muitos dialetos (Cf. CÂMARA JR. 1985, p. 29; SILVA NETO, 1976, p. 16), em virtude das diferentes imigrações do norte e do sul de Portugal.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Segundo o Prof. Ataliba Teixeira de Castilho, em uma Aula Inaugural, proferida no Salão Nobre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, a 8 de março de 1962,

[...] esses colonos (de 1532) trouxeram um português de feição arcaica, matizado de diferenças regionais (que nunca foram muito profundas), logo desvanecidas no grande cadinho americano da interação linguística. (CASTILHO, 1962, p. 9)

Um exemplo da língua portuguesa que era introduzida no Brasil é o fragmento da primeira carta de Manuel de Nóbrega (de 1549), que era o chefe provincial e superior da missão da Companhia de Jesus enviada para o Estado do Brasil pelo rei português D. João III, em que o referido padre jesuíta traça um perfil do nativo brasileiro, que se mostra absolutamente aberto à doutrina católica:

[...] Todos estes que tratam conosco, dizem que querem ser como nós, senão que nom tem com que se cubrão como nós, e este soa inconveniente tem. Se ouvem tanger à missa, já acodem, e quanto nos vem fazer, tudo fazem: assentão-se de gíolhos, batem nos peitos, alevantão as mãos ao ceo; e já hum dos principaes delles aprende a ler e toma lição cada dia com grande cuidado, e em dous dias soube ho ABC todo, e ho insinamos a benzer, tomando tudo com grandes desejos. Diz que quer ser christão e nom comer carne humana, nem ter mais de uma molher e outras cousas; soamente que há-de ir à guerra e os que cativar vendê-los e servir-se delles, porque estes desta terra sempre tem guerra com outros e asi andão todos em discordia. Comem-se huns a outros, digo hos contrarios. Hé gente que nenhum conhecimento tem de Deus, nem ídolos, fazem tudo quanto lhe dizem. (*sic*) [...] (NÓBREGA, 1931, p. 20-1)

Logo, ao lado da linguagem lisboeta também chegavam à terra conquistada outras variedades linguísticas portuguesas. Logo, a língua portuguesa trazida para o Brasil já se apresentava multiforme, e como observou o Prof. Serafim da Silva Neto, o fato de vários dialetos portugueses de Portugal terem-se concentrados num mesmo lugar no Brasil deve ter favorecido o surgimento de uma inusitada variedade da língua (SILVA NETO, *ibidem*, p. 16-7). Sobre tal fenômeno, conclui Câmara Jr. ser a língua portuguesa do Brasil um tipo de subnorma do português de Portugal:

Compreende-se assim que, desde o início, tenha havido no Brasil condições novas para uma vida linguística própria e para o desenvolvimento de uma subnorma, na língua comum, em face do português europeu. (CÂMARA JR., 1985, p. 29)

E essa língua portuguesa entra em contato com a língua ou línguas brasileiras, com as quais cria um bilinguismo e outros inevitáveis conflu-

tos sócio-culturais.

Sobre as consequências desses conflitos, Oswald de Andrade, um poeta modernista, portanto do século XX, retrata a chegada dos patrióticos assim:

Erro de Português

Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português. (OSWALD DE ANDRADE, 1922)

2. O multilinguismo na comunicação dos primeiros dois séculos no Brasil

Durante as primeiras providências para a efetivação da colonização portuguesa no Brasil, quem ocupava mesmo as terras eram os índios: no vasto litoral brasileiro, predominavam tribos de índios tupis; no interior, tribos de índios guaranis. Os portugueses subjugavam e aculturavam os índios do litoral, mas a língua portuguesa, que fora introduzida pelos colonizadores, passa a concorrer com os falares dos índios brasileiros – num bilinguismo – e, mais tarde, com os falares dos escravos africanos, influenciando-os e recebendo influências deles.

No século XVI o convívio e a miscigenação luso-tupi foi grande. O número de mameluco crescia e no século seguinte iriam eles engrossar as hostes dos bandeirantes. Daí a difusão rápida da “língua geral”, quer nas áreas urbanas, quer particularmente nas áreas rurais. Alargava-se, sem dúvida, o bilinguismo. Os próprios negros africanos, trazidos como escravos, comunicavam-se mais facilmente nessa *koiné* indígena do que em suas línguas nativas. (ELIA, 2003, p. 46)

O bilinguismo que se estabelece no Brasil colonial se justifica, pois somente parte do litoral fora colonizado naquela época, e as nações indígenas da costa, entre a Bahia e o Rio de Janeiro, eram bem homogêneas cultural e linguisticamente.

Sobre isso, o historiador português Gândavo declarou:

A lingoa de que usam, toda pela costa, he huma: ainda que em certos vocabulos differe n’algumas partes; mas nam de maneira que se deixem huns aos outros de entender: e isto até altura de vinte e sete grãos, que dahí por diante ha outra gentilidade, de que nós nam temos tanta noticia, que falam já outra lingoa diferente. Esta de que trato, que he a geral pela cos-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ta, he mui branda, e a qualquer nação facil de tomar. Alguns vocabulos ha nella de que nam usam senam as femeas, e outros que nam servem senam pera os machos: carece de tres letras, convem a saber, nam se acha nella F, nem L, nem R, cousa digna despanto porque assi nam têm Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem desordenadamente sem terem alem disto conta, nem peso, nem medido. (*sic*). (GÂNDAVO, 1980, Cap. X)

Daí, os seus dialetos terem sido aprendidos pelos portugueses e terem-se tornados uma língua geral (ou línguas gerais) de intercuro (CÂMARA JR., *op. cit.*, p. 27), que servia a todos: portugueses, estrangeiros livres, negros escravos, índios não tupis e novos brasileiros. Assim se estabeleceu essa língua geral, de natureza tupinambá, que concorria, com vantagem, com a língua portuguesa na vida cotidiana da colônia.

Essa língua geral consagrou-se e até ganhou um dicionário em 1885, elaborado por Gonçalves Dias, cujo título é *Diccionario da lingua Tupy – chamada língua geral dos indígenas do Brazil* (Cf. DIAS, 1885). Em seu Prefácio, o autor nos dá o seguinte testemunho da língua geral:

Cabia-me tratar dos caracteres intellectuaes e moraes dessas tribus; esse trabalho porém não podia ser feito senão com o estudo previo da lingua que ellas falavão, da qual tantos vestigios se encontrão, que não é de presumir que elles tenham em algum tempo de desaparecer completamente da nossa linguagem vulgar, nem mesmo da scientifica (*sic*). (DIAS, 1885, p. v-vi)

Nesse primeiro século, eram os jesuítas que se relacionavam diretamente com os índios. Em sua primeira carta de 1549, o padre Manuel da Nóbrega escreveu:

Trabalhamos de saber a língua delles, e nisto o Padre Navarro nos leva vantagem a todos. Temos determinado de ir viver às aldeias, quando estivermos mais assentados e seguros e aprender com elles a língua e illos doutrinando pouco a pouco. Trabalhei por tirar em sua língua as orações e algumas práticas de Nosso Senhor e não posso achar língua (intérprete) que m'o saiba dizer, porque são elles tão brutos que nem vocábulos têm. Espero de as tirar o melhor que puder com um homem (Diogo Alvares, o Caramuru), que nesta terra se criou de moço (*sic*). (NÓBREGA, 1931, p. 73)

Ainda em 1553, veio para o Brasil, a convite de Nóbrega, o padre José de Anchieta, que foi viver com os índios e passou a conhecer profundamente as línguas do tronco tubinambá.

Foi ele quem primeiro escreveu em tupi, pois foi quem registrou pela primeira vez a gramática dessa língua. Anchieta também ensinou os índios a falar o português. O jesuíta escrevia autos bilíngues, e eram os índios que encenavam as peças. Assim, os índios iam se evangelizando e

aprendendo a língua dos colonizadores. Também a língua geral do Brasil se fez literária com as atividades dos missionários jesuítas:

Ao mesmo tempo, como “língua geral”, esse TUPI jesuítico se implantou no norte do Brasil, na zona do rio Negro, onde sofreu uma evolução; [...]. Tem-se assim o chamado NHEENGATU – ao pé da letra “língua boa” (...), um tupi jesuítico evoluído em face da disciplinização da época colonial, onde a língua se dizia ABANHEENGA – ao pé da letra “língua de gente, com forma /aba/” “homem”. (CÂMARA JR. 1979, p. 105 *apud* ELIA, 2003, p. 49)

Sobre a diversidade de nações indígenas e as várias línguas nas terras brasileiras, o padre Fernão Cardim foi o primeiro a comentar:

Em toda esta província ha muitas e varias nações de diferentes línguas, porém uma é a principal que comprehende algumas dez nações de índios: estes vivem na costa do mar, e em uma grande corda do sertão, porém são todos estes de uma só língua ainda que em algumas palavras discrepão e esta é a que entendem os Portuguezes; é fácil, e elegante, e suave, e copiosa, a difficuldade della está em ter muitas composições; porem dos Portuguezes, quasi todos os que vêm do Reino e estão cá de assento e comunicação com os índios a sabem em breve tempo, e os filhos dos Portuguezes cá nascidos a sabem melhor que os Portuguezes, assim homens como mulheres, principalmente na Capitania de São Vicente, e com estas dez nações de índios têm os Padres comunicação por lhes saberem a língua, e serem mais domésticos e bem inclinados (...) (*sic*) (CARDIM, 1939, p. 121)

Somente depois da fundação do Colégio de São Paulo, em 1554, núcleo da cidade de São Paulo, é que se vislumbra a exploração do interior do país. E todos, praticamente, usavam uma língua comum como língua de comunicação. A língua geral era a língua dos bandeirantes, em suas entradas na mata virgem; era a língua de quem desejasse se fazer entender com os habitantes da terra; era a língua de todos que permaneciam nas terras brasileiras.

O padre Vieira, quando trata da afinidade das famílias dos portugueses com os índios, assim se posiciona sobre o relacionamento entre eles:

Primeiramente é certo que as familias dos portuguezes e indios em S. Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mystica e domesticamente, e a língua que nas ditas familias se falla, é a dos indios, e a portugueza a vão os meninos aprender á escola; e desunir esta tão natural ou tão naturalisada união, seria genero de crueldade entre os que assim se crearam, e há muitos annos vivem (*sic*). (VIEIRA, 1856, p. 247)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Como se pode perceber, a língua portuguesa só era preferida na escola, onde se primava pelo seu ensino. Mas ainda na escola, o tupi também era ensinado. E todos os novos brasileiros falavam a língua dos índios, porque eram as mães, normalmente índias ou mestiças, que ficavam com os pequenos o dia todo para que os pais fossem para a árdua tarefa de tratar a terra e de cuidar do comércio. Os homens portugueses não tinham tempo para cuidar dos seus descendentes e do idioma pátrio.

Além disso, a situação era agravada pela ação dos missionários jesuítas, que protegiam os índios e os catequizavam. Para isso, aprendiam a sua língua nativa, embora lhes ensinassem também o português.

Numa segunda fase, entre 1654 e 1808, num verdadeiro multilinguismo, o português do Brasil concorria com essa língua geral, com as línguas dos escravos africanos e com as diversas línguas dos estrangeiros que se encontravam no Brasil.

Esse estado de multilinguismo se estendeu até o século XVIII, quando o Marquês de Pombal anuncia a sua política de proteção da língua portuguesa, criando o Diretório dos índios em 3 de maio de 1757.

O Diretório oficializava o uso obrigatório do português e proibia o uso da língua geral primeiramente no Pará e no Maranhão e no ano seguinte em todo o país. Convém ressaltar que, nessa época, já havia um número considerável de ladinos – indivíduos índios ou mestiços que usavam a língua portuguesa com certa destreza.

Pombal também expulsa os jesuítas em 1759 e, sem os seus protetores, a língua dos índios entra em decadência, embora não tenha desaparecido de imediato em todas as partes do território brasileiro; cinquenta anos depois, a língua geral praticamente deixa de ser usada. De fato, o desaparecimento dessa língua geral só se efetivou com as diversas chegadas de famílias portuguesas para a colônia, que progredia rapidamente.

Os índios passaram a se concentrar nas florestas e da sua língua nativa, só restava um considerável número de palavras no vocabulário português.

Nesse século XVIII, depois de um longo Barroco, inicia-se uma terceira fase da língua portuguesa; desenvolvia-se no Sudeste do país uma linguagem literária tipicamente brasileira – português escrito das obras dos nossos poetas árcades – mas que se distinguiu sobremaneira da linguagem oral comum do país.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O momento, em que a língua portuguesa passou a ser efetivamente o idioma do Brasil como consequência da diáspora portuguesa do século XIX, inicia-se com a chegada do Príncipe Regente D. João de Bragança e seus aproximadamente 15 mil seguidores portugueses a Salvador-Bahia em 22 de janeiro de 1808.

Nessa época, ocorreu um movimento de emigração para a região em que se concentrava a corte portuguesa e as particularidades da língua portuguesa do Brasil são ressaltadas, porquanto o contraste com as particularidades da língua portuguesa que chega com a corte é flagrante.

Também é nesse século XIX que surge o movimento literário do Romantismo brasileiro, que “aproximou consideravelmente a linguagem literária da linguagem oral comum do país”, como observa Câmara Jr. (*Op. cit.* p. 20). Tal fenômeno também se dava em Portugal com o seu Romantismo e, em consequência disso, certas diferenças na escrita das duas nações lusófonas se mostraram, comprovando os dois diferentes usos, mormente orais, da língua portuguesa, que se firmaram desde então.

3. Conclusão

Como se pode verificar, no Brasil, a língua portuguesa só se estabeleceu a partir das constantes emigrações portuguesas do final do século XVIII e que se efetivaram ainda mais após a Independência deste país em 1822. Até então, a sociedade era colonial e composta de poucos portugueses, índios brasileiros, negros africanos e os brasileiros que nasciam da mistura desses grupos sociais.

Decerto, todos esses grupos contribuíram para a particularização da língua portuguesa do Brasil. Todavia, os portugueses contribuíram, sobremaneira, para a sua instituição desde o início de sua formação, quando concorria com a Língua Geral (ou quatro línguas gerais) até o início do século XVIII.

Entretanto, a imigração de 1808, quando a corte portuguesa se transferiu para o Brasil, foi de suma importância para o país, porquanto alavancou uma série de transformações de todas as naturezas na sua sociedade. Em tal sociedade, consolidou a língua portuguesa, que, desde o início, teve uma situação linguística própria para o desenvolvimento de sua norma particular, na língua comum, comparada ao português europeu.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No início da colonização portuguesa no Brasil, a região brasileira era ocupada por índios; as tribos de índios tupis e de índios guaranis eram em maior número, que, espalhadas na vasta região ainda selvagem, disputavam as terras com centenas de tribos destas famílias e de outras. Paulatinamente foram subjugadas pelos portugueses invasores primeiramente no litoral e mais tarde, em toda a vasta região. Assim, a língua portuguesa, que fora introduzida pelos colonizadores, passa a concorrer com os falares dos índios brasileiros e, mais tarde, com os falares dos escravos africanos e com as línguas dos diversos emigrantes estrangeiros que vinham para o Brasil. Essas variadas vozes fizeram do Brasil Colonial uma região multilíngue, embora o português fosse oficialmente a língua da Colônia. E tal *status quo* só se desfez a partir do século XIX, quando a língua portuguesa passou a ser efetivamente usada, embora até os nossos dias muitas vozes indígenas ainda podem ser ouvidas em todo o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, José de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, V. 11. Fac-similado da Ed. de 1995.

ARGOLO, Wagner. As línguas gerais na história social-linguística do Brasil. In: PAPIA, São Paulo, 26(1), p. 7-52, Jan/Jun 2016.

BARROS, João de (1540). Gramática da língua portuguesa; Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha. Reprod. facsim., leit., introd. e anot. por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Faculdade de Letras, 1971. 482 p.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. Vol. I, História Externa das Línguas Românicas. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. *Elementos de filologia românica*. Vol. II, História Interna das Línguas Românicas. São Paulo: Edusp, 2010.

BESSA, J. Rogério F.; ROSA, Maria Carlota (Eds). *Línguas Gerais*. Política linguística e catequese na América do Sul no período colonial. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.

BUENO, F. da Silveira (1958). A formação histórica da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro, Saraiva.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1983). Babel ou A ruptura do signo:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

a gramática e os gramáticos portugueses do século XVI. Lisboa, Imprensa Nacional; Casa da Moeda. 363 p.

BOTELHO, José Mario. “A diáspora portuguesa do século XIX no Brasil e a consolidação do português como língua nacional da terra brasileira”. In: *Revista Nova águia*, nº 17, 1º Semestre de 2016. Lisboa: Zéfiro, 2016. p. 25-38

_____. “Um pouco de história externa da língua portuguesa”. In: *Cadernos do CNLF*, Vol. XVII, n. 09. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2013. p. 144-56. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xvii_cnlf/cnlf/09/12.pdf

_____. “Breve estudo da origem da língua portuguesa”. In: *Revista A-vepalavras*, Edição 16, 2º Semestre de 2013. Mato Grosso: UNEMAT-BR, 2013. Disponível em: <http://www2.unemat.br/avepalavra/EDICOES/16/artigos/botelho.pdf>

BONVINI, Emilio. “Línguas africanas e português falado no Brasil”. In: FIORI, J. L.; PETTER, M. M. Tadonni (Orgs). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 15-62. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Lingua_Portuguesa/dissertacao/Aslinguas_escravos_brasil.pdf

CALLOU, Dinah. *Para a história do português brasileiro*. Rio de Janeiro: Fac. de Letras da UFRJ/FAPERJ, 2002.

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. Edição fac-símile de Jaime Cortesão. São Paulo: Martin Claret, 2003.

CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de *et al.* (Orgs). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: Fapest, São Paulo: Pontes, 2007.

_____. “A língua portuguesa no Brasil”. In: *Alfa – Revista de Linguística*. São Paulo: UNESP, 1981. p. 9-24. Disponível em : <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3129/2860>

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CASTRO, Yeda Pessoa. “Das línguas africanas ao português brasileiro”. In: *Afro-Ásia 14*. Revista da UFBA, Salvador: UFBA, 1983. p. 81-106. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n14_p81.pdf

CHAVES DE MELO, Gladstone. *A Língua do Brasil*. 4. ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

COSTA, Avelino de Jesus da. “Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico”. In: *Revista Portuguesa de História*, XVII, Lisboa: Instituto Camões, 1979. p. 263-310. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/estudos_de_cronologia.pdf

ELIA, Silvio. *Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.

FREYRE, José Ribamar; LAGORIO, Consuelo Alfaro. “Aryon Rodrigues e as Línguas Gerais na Historiografia Linguística”. In: *DELTA*, V. 30 n. especial. São Paulo, 2014.

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de. *História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

LEITE, Joaquim da Costa. “Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2000.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 41-73

MATTOS, Geraldo; BOTELHO, José Mario. *Fundamentos históricos da língua portuguesa*. Curitiba: IESDE, 2008. (Videoaulas)

NÓBREGA, Manuel. *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1931.

RIBEIRO, Agenor. *Contribuição da língua tupi e da jê ao português no Brasil*. Rio de Janeiro: Ferreira Studio Gráfico e Editora, 2004.

ROSA, M. Carlota (Orgs). *Línguas Gerais*. Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SILVA NETO, Serafim da Silva. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1976. Coleção Linguagem.

VIEIRA, Antonio. *Obras várias*. Lisboa: J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1856.

ZWARTJES, Otto. *Portuguese missionary grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amsterdam: John Benjamins, 2011.